

Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999

Por que se abstêm os eleitores? A questão tem ocupado quer os estudiosos do comportamento eleitoral, quer a opinião pública das democracias ocidentais, preocupados com o lento, mas aparentemente inexorável, declínio da participação eleitoral. Nos vinte e dois países da Europa ocidental que realizaram eleições de forma contínua desde o pós-guerra, a abstenção média entre 1945 e 1949 era de 19%. Após os anos 70, esse valor não parou de aumentar, ascendendo hoje a 23%¹. Nas democracias mais recentes, as taxas de abstenção são ainda superiores. Por exemplo, nas eleições realizadas na Europa de Leste até 1995, a abstenção média foi de 27%². Em Portugal, a abstenção em eleições legislativas disparou após os anos 70 para nunca mais baixar³. Em 1999, e mesmo após uma limpeza dos cadernos eleitorais que terá reduzido (longe de suprimir) a

* Investigador associado júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** O autor agradece os comentários de António Barreto, Cristina Leston Bandeira, André Freire e Marina Costa Lobo a uma primeira versão deste artigo e ao Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP), à Antena 1, ao *Público* e à Radiotelevisão Portuguesa por terem disponibilizado os dados de uma sondagem realizada pelo CESOP em Maio de 2000. Este estudo insere-se nos trabalhos preparatórios de um projecto intitulado «O comportamento eleitoral português em perspectiva comparada», coordenado por António Barreto no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSUL), que terá início em Maio de 2001.

¹ Mark Franklin, Patrick Lyons e Michael Marsh, «The tally of turnout: understanding cross-national turnout decline since 1945», comunicação apresentada na reunião anual da American Political Science Association, 2000. Acerca do declínio da participação eleitoral nas democracias industrializadas, cf. também Mark Gray e Miki Caul, «Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997», in *Comparative Political Studies*, 33 (9), 2000.

² Fonte: Mark N. Franklin, «Electoral participation», in Lawrence LeDuc *et al.* (eds.), *Comparing Democracies. Elections and Voting in Global Perspective*, Thousand Oaks, Sage, 1996, p. 218.

³ Manuel Braga da Cruz, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand, 1995, pp. 307-310.

chamada «abstenção técnica», a participação eleitoral atingiu o valor mais baixo de sempre (61,8%) em eleições legislativas, tornando o «partido da abstenção» o maior partido português, com cerca de mais de um milhão de abstencionistas do que votantes no Partido Socialista.

O que significa este declínio? Do ponto de vista normativo, têm prevalecido duas interpretações sobre o fenómeno. Por um lado, tal como o declínio da participação eleitoral em Portugal a partir dos anos 80 parece sugerir, a abstenção pode ser interpretada como um sintoma de «normalização» da vida política, indicativa de uma satisfação implícita com o funcionamento regular das instituições democráticas. Nesta perspectiva, altas taxas de abstenção não são de todo incompatíveis com as condições da democracia representativa, desde que resultem de um contexto de iguais oportunidades para a participação e permitam a competição entre elites políticas⁴. Contudo, a abstenção pode também ser vista como sintoma de uma violação das condições da democracia, especialmente quando a participação eleitoral reflecte desigualdades sociais estruturais, como as que separam indivíduos pertencentes a diferentes classes sociais, níveis de rendimento ou grau de instrução. Neste caso, uma abstenção mais elevada por parte dos sectores mais desfavorecidos da sociedade indicaria uma desigual capacidade para influenciar a tomada de decisões políticas e, logo, uma real desigualdade política, susceptível de contribuir para a reprodução de desigualdades sociais⁵.

Esta nota de pesquisa procura interpretar a abstenção verificada nas eleições legislativas mais recentes, utilizando dados de um inquérito por questionário aplicado em Portugal continental em Maio de 2000. As limitações deste estudo são, antes de mais, ditadas pelos dados disponíveis. Ao dizerem respeito apenas a um único acto eleitoral num único país e a variáveis a nível individual, eles impedem que se analise comparativamente o impacto de factores de natureza política ou institucional geralmente considerados relevantes: o sistema eleitoral, a obrigatoriedade do voto, a fragmentação do sistema partidário, o grau de competitividade ou o carácter mais ou menos decisivo do acto eleitoral⁶. Contudo, a análise da abstenção a nível individual fornece informação relevante para respondermos aos dilemas normativos que aqui nos ocupam. Até que ponto as

⁴ Cf., por exemplo, Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press, 1963, e Seymour Martin Lipset, *Political Man: The Social Bases of Politics*, Garden City, Doubleday, 1960.

⁵ Arend Lijphart, «Unequal participation: democracy's unresolved dilemma», in *American Political Science Review*, 89, 1997.

⁶ Para estudos deste género, cf., por exemplo, G. Bingham Powell, *Contemporary Democracies: Participation, Stability and Violence*, Cambridge, Harvard University Press, 1982, esp. pp. 111-122; Karl Dittrich e Lars Nørby Johansen, «Voting turnout in Europe, 1945-1978: myths and realities», in Hans Daalder e Peter Mair (eds.), *Western European Party Systems: Continuity and Change*, Beverly Hills, Sage, 1983, esp. pp. 104-113; Robert W. Jackman, «Political institutions and voter turnout in the industrial democracies», in *American Political Science Review*, 81, 1987; Robert W. Jackman e Ross A. Miller, «Voter turnout in the industrial democracies during the 1980s», in *Comparative Political Studies*, 27, 1995; Franklin, *op. cit.*, pp. 221-229; Franklin, Lyons e Marsh, *op. cit.*

diferenças entre votantes e abstencionistas radicam hoje em desigualdades na distribuição de recursos, indicando um défice de representação política dos sectores sociais mais desfavorecidos? Ou será que a abstenção pode ser interpretada como uma delegação de poder por parte dos cidadãos em instituições políticas nas quais depositam confiança?

EXPLICAR A ABSTENÇÃO

Os estudos sobre a abstenção que utilizam dados a nível individual têm relacionado o comportamento abstencionista com três ordens de factores. Em primeiro lugar, indivíduos que dispõem de maiores *recursos* são vistos como tendo também maior capacidade e propensão para exercer o direito de voto. Votar tem custos, geralmente associados à compreensão de conceitos e mensagens políticas, à obtenção de informação e ao tempo disponível para utilizar nas actividades que vão para além da satisfação de necessidades básicas. Assim, menores níveis de rendimento e menores competências linguísticas, técnicas, organizacionais e comunicacionais têm sido associados a uma menor capacidade de investimento na participação política, em geral, e na participação eleitoral, em particular. Esta linha de investigação, que, do ponto de vista teórico, vê a participação eleitoral como uma actividade de *consumo* político, é a que dispõe de mais longas tradições no estudo da abstenção⁷. Aqui o grau de instrução, o rendimento e a idade dos indivíduos — esta última vista como indicador de um mais longo percurso de aquisição de conhecimentos e experiências políticas⁸ — são os indicadores mais frequentemente usados para aferir da disponibilidade de recursos susceptíveis de serem usados para a participação eleitoral.

O segundo factor explicativo da abstenção diz respeito ao grau de *integração social*: maior integração social tende a gerar maiores níveis de participação eleitoral. Integração social significa, a este nível, intensidade de contactos interpessoais que fornecem informação sobre temas e candidatos, exposição a normas sociais e estímulos favoráveis à participação e envolvimento com a comunidade afectada pela tomada de decisões políticas⁹. Factores como o estado civil, a actividade profissional, a prática religiosa e a idade — estes últimos

⁷ Cf., por exemplo, Sidney Verba e Norman H. Nie, *Participation in America. Political Democracy and Social Equality*, Nova Iorque, Harper & Row, 1972, e Raymond E. Wolfinger e Steven J. Rosenstone, *Who Votes?*, New Haven, Yale University Press, 1980; cf. também Henry Brady, Sidney Verba e Kay Lehman Scholzman, «Beyond SES: a resource model of political participation», in *American Political Science Review*, 89, 1995.

⁸ Paul A. Beck e M. Kent Jennings, «Political periods and political participation», in *American Political Science Review*, 73, 1979.

⁹ Cf. Paul F. Lazarsfeld, Bernard R. Berelson e Hazel Gaudet, *The People's Choice*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1944, e Bernard R. Berelson, Paul F. Lazarsfeld e William N. McPhee, *Voting. A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*, Chicago, The University of Chicago Press, 1954.

vistos como indicadores de integração no sistema produtivo — são os indicadores de integração social mais frequentemente usados em estudos sobre a abstenção¹⁰.

Em terceiro lugar, a participação eleitoral tem sido relacionada com as atitudes e valores políticos dos indivíduos. Mesmo que os eleitores disponham de elevados recursos económicos ou educacionais, os seus valores e atitudes podem predispor-los a aplicar esses recursos noutras actividades que não a participação eleitoral (e o inverso, obviamente, também é possível). Em grande medida, esta linha de investigação acerca da abstenção é devedora da «escola de Michigan» e da chamada abordagem sócio-psicológica do comportamento eleitoral, que pela primeira vez tratou o voto como função de orientações valorativas estáveis em relação ao poder político¹¹. A mais importante das orientações analisadas pela abordagem sócio-psicológica é a «identificação partidária»: o facto de os indivíduos se identificarem com um determinado partido político contribui não só para os orientar face à complexidade das mensagens e estímulos políticos, mas também para os deixar mais susceptíveis aos esforços de mobilização por parte dos partidos¹². Outras atitudes frequentemente associadas à participação eleitoral são a eficácia política (a crença por parte do indivíduo de que pode exercer um impacto real sobre a tomada de decisões políticas), o interesse pela política e a confiança nas instituições¹³.

Importa notar que a introdução das atitudes políticas torna qualquer modelo explicativo da abstenção bastante mais complexo. Em primeiro lugar, é de esperar que o impacto das variáveis sócio-demográficas na abstenção diminua quando o analisamos em simultâneo com o impacto das atitudes políticas. Contudo, isso não significa que as primeiras sejam irrelevantes: elas podem ter um substancial impacto indirecto, ou seja, mediado pelas próprias atitudes políticas. Por um lado, indivíduos com níveis de instrução e de rendimento disponível mais elevados tendem a interiorizar a sua situação mais privilegiada na estrutura social, desenvolvendo sentimentos de maior eficácia e competência, que são, por sua vez, conducentes a um maior interesse na esfera política¹⁴. Por sua vez, maior integração social pode ser também conducente a uma maior politização, já que propicia a consciencialização em torno de interesses

¹⁰ Eva Anduiza Perea, *Individuos o Sistemas? Las Razones de la Abstención en Europa Occidental*, Madrid, CIS, 1999, p. 75.

¹¹ A referência clássica é a obra de Angus Campbell *et al.*, *The American Voter*, Nova Iorque, Wiley, 1960.

¹² Paul R. Abramson e John H. Aldrich, «The decline of electoral participation in America», in *American Political Science Review*, 76, 1982.

¹³ John H. Aldrich e Dennis M. Simon, «Turnout in American national elections», in Samuel Long (ed.), *Research in Micropolitics: Voting Behavior*, vol. 1, Greenwich, JAI Press, 1986, pp. 284-285.

¹⁴ S. D. Schaffer, «A multivariate explanation of decreasing turnout in presidential elections, 1960-1976», in *American Journal of Political Science*, 25, 1981; André Freire, «Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995», in *Análise Social*, n.ºs 154-155, 2000.

colectivos e aumenta o que está em jogo para cada indivíduo na tomada de decisões políticas que afectam a comunidade a que pertence¹⁵.

Em segundo lugar, a introdução da *confiança* como atitude explicativa do comportamento abstencionista levanta problemas de outra ordem. Não há dúvida de que importa dar um tratamento diferenciado a atitudes como o interesse na política, a identificação partidária ou a confiança nas instituições, já que as duas primeiras não estão lógica ou teoricamente relacionadas com a terceira. Indivíduos distanciados em relação à política não têm necessariamente de partilhar sentimentos de mal-estar em relação ao desempenho e ao funcionamento da democracia representativa¹⁶. Contudo, enquanto a relação entre atitudes de maior politização e a participação eleitoral é clara e directa em todos os estudos existentes, o mesmo já não tem sucedido com a confiança nas instituições políticas. É verdade que, quer nos Estados Unidos, quer na Europa ocidental, as últimas décadas têm sido caracterizadas por um declínio do apoio em relação às instituições políticas democráticas, declínio esse aparentemente concomitante com o declínio da participação eleitoral¹⁷. Contudo, esta aparente correlação entre os dois factores a nível agregado é muito menos clara quando se analisam os comportamentos individuais no que respeita à abstenção. Estudos em diversos países têm revelado efeitos muito modestos da confiança institucional sobre os níveis de participação política individual ou associativa¹⁸. Aliás, nalguns casos, o voto tem mesmo sido revelado como expressão de uma alienação e de protesto em relação às instituições democráticas¹⁹, confirmando as teorias «elitistas» da democracia que vêem a abstenção como indicador de satisfação com o funcionamento das instituições.

ABSTENÇÃO OFICIAL, ABSTENÇÃO REAL E ABSTENÇÃO DECLARADA

Para explicar a abstenção nas últimas eleições legislativas em Portugal utilizam-se aqui dados provenientes de uma sondagem realizada em Maio de 2000²⁰. Tendo como universo os eleitores residentes em Portugal continen-

¹⁵ Anduiza Perea, *op. cit.* pp. 105-111.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 113.

¹⁷ Cf. Paul R. Abramson, *Political Attitudes in America: Formation and Change*, São Francisco, Freeman, 1983; Pippa Norris, «Conclusions: the growth of critical citizens and its consequences», in Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press, 1999; Susan J. Pharr, Robert D. Putnam e Russell J. Dalton, «A quarter-century of declining confidence», in *Journal of Democracy*, 11 (2), 2000.

¹⁸ Ruy A. Teixeira, *Why Americans Don't Vote: Turnout Decline in the United States, 1960-1984*, Westport, Greenwood, 1987; Russell Dalton, *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Western Democracies*, Chatham, Chatham House, 1996.

¹⁹ Geraint Parry, George Moyser e Neil Day, *Political Participation and Democracy in Britain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

²⁰ A sondagem foi realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa para a Antena 1, o *Público* e a Radiotelevisão Portuguesa.

tal, o inquérito foi aplicado presencialmente a uma amostra de 1320 indivíduos, tendo resultado 1267 entrevistas válidas. Uma das questões do inquérito dizia respeito ao comportamento de voto dos inquiridos nas eleições legislativas realizadas em Outubro de 1999. Das 1267 respostas a esta pergunta, 16,9% foram no sentido da abstenção nessas eleições. Assim, o primeiro aspecto a esclarecer diz respeito à clara subestimação da abstenção que resulta dos dados do inquérito, já que, em Portugal continental, a taxa de abstenção oficial nas eleições de 1999 foi de 37,8%.

Este fenómeno tem duas causas conhecidas, para além do inevitável erro amostral: a abstenção técnica e a ocultação do comportamento abstencionista por parte do indivíduo perante o entrevistador. No que respeita à primeira, podemos obter uma noção mais fiável da real subestimação que resulta dos dados do inquérito comparando a abstenção declarada com a «abstenção real», ou seja, tomando como base para o cálculo da taxa de abstenção a estimativa da população com mais de 18 anos, e não o número de eleitores inscritos. Usando este método, André Freire e Michael Baum estimam em 6,3% o valor da abstenção técnica em todo o país nas eleições legislativas de 1999²¹, o que nos daria uma abstenção real no continente de cerca de 31,5%. Por outro lado, no que respeita à ocultação do comportamento abstencionista, se adicionarmos o valor da abstenção declarada no nosso inquérito (16,9%) às «não respostas» à questão «em quem votou nas últimas eleições?» (14,3%), ficamos com 31,2%, ou seja, praticamente o valor que se calcula para a abstenção real. Assim, a hipótese de que parte dos abstencionistas reais tenham optado por ocultar o seu comportamento com uma «não resposta» é bastante plausível. É certo que esta diferença entre a abstenção real e a abstenção declarada é muito comum em estudos desta natureza²², mas a sub-representação da abstenção poderá ser problemática se os indivíduos que fornecem respostas válidas não forem representativos da população eleitoral em geral. Contudo, alguns estudos nesta área têm confirmado que a sub-representação dos abstencionistas reais neste tipo de sondagens *enfraquece a intensidade* sem, no entanto, *modificar o sentido* das relações entre os factores explicativos da abstenção a nível individual e o comportamento eleitoral²³.

²¹ Michael Baum e André Freire, «Clivagens, Economia e Voto em Portugal, 1999: Uma Análise das Eleições Parlamentares com Dados Agregados», policopiado, 2000.

²² Anduiza Perea, *op. cit.*; Manuel Justel, «Composición y dinámica de la abstención electoral en España», in Pilar del Castillo (ed.), *Comportamiento Político y Electoral*, Madrid, CIS, 1994.

²³ Brian D. Silver, Barbara Anderson e Paul R. Abramson, «Who overreports voting?», in *American Political Science Review*, 80, 1986. O mesmo parece suceder com os nossos dados: quando tomamos os nossos 14,3% de não respostas como «abstenções», as variáveis independentes que têm significância estatística na explicação dessa «abstenção» mantêm-se as mesmas que apresentamos para a explicação da abstenção declarada no quadro n.º 3, mantendo também a mesma direcção.

AS EXPLICAÇÕES DA ABSTENÇÃO EM PORTUGAL

O inquérito continha igualmente uma série de questões que permitem a construção de indicadores teoricamente relevantes para a explicação da abstenção nas eleições de 1999. O quadro n.º 1 descreve esses indicadores, as questões que lhes dão origem e o procedimento de codificação das variáveis.

Indicadores, questões e codificação das variáveis explicativas

[QUADRO N.º 1]

Rendimento	P41. Qual o rendimento mensal líquido da sua família?	Escala: baixo (0: menos de 75 contos); médio (1: de 75 a 129 contos); alto (2: de 150 a 299 contos); muito alto (3: 300 contos ou mais).
Instrução	P40. Qual o seu grau de instrução?	Escala: nenhum (0); primário/preparatório (1); secundário incompleto (2); secundário completo (3); universitário (4).
Idade	P46. Que idade tem?	Escala: 18-24 (0); 25-34 (1); 35-44 (2); 45-54 (3); 55-64 (4); 65 anos ou mais (5).
Actividade profissional.	P 39. Qual a sua profissão?	Escala ocupacional recodificada como variável dicotómica: não activos (0); activos (1).
Dimensão do agregado familiar.	P42. Quantas pessoas, contando consigo, vivem aqui em sua casa?	Valor absoluto recodificado como variável dicotómica: vive só (0); vive acompanhado (1).
Habitat	—	Variável dicotómica: rural (0); urbano (1).
Prática religiosa	P43. Qual é a sua posição religiosa? P45. Com que frequência participa habitualmente nos actos de culto da sua religião?	Escala: agnóstico ou ateu (0); crente não ou pouco praticante (1); crente praticante: uma ou mais vezes por semana (2).
Identificação partidária.	P19. Em relação aos partidos políticos portugueses, diga-nos se tem simpatia por algum ou se não tem simpatia por nenhum?	Nenhum (0); tem simpatia (1).
Interesse na política.	P 4. Qual é o seu interesse pela política?	Nenhum (0); pouco (1); bastante (2); muito (3).
Confiança nas instituições.	P28. Gostaria agora que me dissesse se tem muita, alguma, pouca ou nenhuma confiança nas seguintes instituições: P28.1 Governo. P28.2 Assembleia da República. P28.3 Presidente da República. P28.4 Supremo Tribunal de Justiça. P28.5 Tribunal Constitucional. P28.6 Procurador-Geral da República.	P28.1 a P28.6 em escala entre 0 (nenhuma) e 3 (muita). Média das respostas às questões P28.1 a P28.6, com valores que oscilam entre 0 (nenhuma confiança em todas as instituições) e 3 (muita confiança em todas as instituições).

O quadro n.º 2 analisa a associação de cada uma destas variáveis com a abstenção, medida como variável dicotómica (0: votou; 1: não votou).

Medidas de associação entre as variáveis

[QUADRO N.º 2]

	Taxa de abstenção no escalão mais baixo (percentagem)	Taxa de abstenção no escalão mais elevado (percentagem)	Associação entre as variáveis (gamma)
Rendimento	20,1	10,3	-0,19*
Instrução	22,6	13,5	-0,06
Idade	33,1	18,1	-0,24***
Actividade profissional	Inactivos 18,2	Activos 20,5	0,07
Dimensão do agregado	Um 28,6	Mais de um 18,4	-0,28***
Habitat	Rural 21,6	Urbano 18,9	-0,14
Prática religiosa	Agnósticos/ateus 21,3	Praticantes 16,3	-0,08
Identificação partidária	Não tem 33,1	Tem 11	-0,60***
Interesse na política	30,4	9,5	-0,46***
Confiança institucional	28,9	14,2	-0,27***

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Note-se, desde logo, como a taxa da abstenção declarada entre os inquiridos pertencentes a agregados familiares no escalão mais baixo de rendimento mensal (menos de 75 contos) foi praticamente o dobro da mesma taxa entre os inquiridos pertencentes a agregados no escalão mais alto (mais de 300 contos). Por outro lado, a instrução parece não estar associada à abstenção, mas estamos, provavelmente, perante um efeito oculto da idade: os mais jovens são os mais instruídos na nossa amostra²⁴ e também, como previsto, os mais abstencionistas. Há também uma associação entre a dimensão do agregado e a abstenção: indivíduos isolados do ponto de vista familiar abstêm-se mais do que os restantes. Mas as associações mais poderosas são aquelas que se verificam entre as atitudes políticas dos indivíduos e a participação eleitoral: os indivíduos identificados com os partidos, mais interessados na política e com maior confiança nas instituições são os que menos se abstêm.

Contudo, a detecção destas associações está longe de estabelecer nexos de causalidade entre estas variáveis e a abstenção. Quais os efeitos líquidos de cada uma destas variáveis independentes assim que controlamos o efeito das

²⁴ Gamma = -0,5.

restantes? A importância desta questão é ilustrada, precisamente, pelo caso do rendimento. O quadro n.º 3 apresenta o resultado de algumas regressões logísticas com a abstenção como variável dependente.

Regressões logísticas: abstenção segundo variáveis sócio-demográficas e atitudes políticas

[QUADRO N.º 3]

	1	2	3	4	R parcial
Rendimento	–	–0,34*	–0,39***	–0,16	0
Instrução	–0,23**	–0,07	–	–	–
Idade	–0,29***	0,34***	–0,32	–0,26	–0,12
Actividade profissional	0,16	–0,22	0,24	–0,23	0
Dimensão do agregado	–1,06***	–0,96**	–0,91**	–1,21*	–0,12
Habitat	0,28	0,43	0,45	–0,49	0,04
Prática religiosa	–0,16	–0,12	–0,10	–0,22	0
Identificação partidária	–	–	–	–0,97***	–0,16
Interesse na política . .	–	–	–	–0,49***	–0,11
Confiança institucional	–	–	–	–0,52***	–0,12
Constante	0,87	0,89	0,67	2,66	
Pseudo R ²	0,06	0,08	0,08	0,21	

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Os modelos 1, 2 e 3 servem-nos para esclarecermos algumas dúvidas suscitadas pela associação entre variáveis independentes. Assim, no modelo 1, a instrução aparece como variável explicativa da abstenção assim que controlamos o efeito da idade, como, aliás, se tinha sugerido. Contudo, no modelo 2, o efeito da instrução volta a desaparecer quando introduzimos o rendimento. Na verdade, rendimento e instrução têm uma associação fortíssima na nossa amostra ($\gamma = 0,8$), o que levanta problemas de multicolinearidade e, logo, de grande imprecisão na estimação dos coeficientes. A comparação entre os modelos 1 e 3 mostra-nos que o rendimento tem um efeito mais importante sobre a abstenção do que a instrução (mais significativo e aumenta o poder explicativo do modelo), o que nos leva a abandonar a segunda no modelo que inclui todas as variáveis independentes.

No modelo 4 introduzimos todas as variáveis relevantes, incluindo as atitudes políticas. A actividade profissional e prática religiosa têm coeficientes de regressão na direcção esperada nos quatro modelos, mas carecem de significância estatística. A variável *habitat* apresenta mesmo coeficientes positivos (apesar de não significativos), levando um pouco mais longe as conclusões de estudos anteriores que apontavam para a acentuada diminuição dos efeitos da ruralidade sobre a abstenção²⁵.

²⁵ Freire, *op. cit.*, p. 137.

Já a idade e a dimensão do agregado produzem sempre efeitos significativos na direcção esperada. O fenómeno é congruente com outros estudos realizados em Portugal e noutros países. Analisando a intenção de votar nas eleições de 1999, Luís Reto e Jorge de Sá verificam que «a idade é o factor que maior diferenciação introduz na probabilidade de abstenção eleitoral» e que o estado civil exerce um forte efeito de segmentação no grupo de indivíduos com mais de 45 anos²⁶. Utilizando dados a nível agregado, Baum e Freire detectam maiores níveis de participação eleitoral em 1999 nos concelhos mais envelhecidos²⁷. Aliás, os efeitos do isolamento familiar e, especialmente, da juventude sobre a abstenção são fenómenos conhecidos em quase todos os estudos europeus nesta área²⁸.

Mais intrigante e merecedora de maior atenção é a ausência de efeitos directos significativos do rendimento (ou da instrução) sobre a abstenção. Num estudo anterior, Freire detecta que, entre 1983 e 1995, os centros urbanos (com maiores níveis de rendimento, industrialização, terciarização e escolaridade) exibiram maiores níveis de participação eleitoral²⁹. Para as eleições de 1999, Baum e Freire detectam uma tendência semelhante, apesar de assinalarem um decréscimo do poder explicativo das estruturas de clivagem social³⁰. Não é fácil estabelecer comparações esses estudos e o presente não só devido ao tipo de dados utilizados (agregados nos primeiros, individuais neste), mas também ao facto de eles não tratarem individualmente o impacto directo de rendimento e instrução no comportamento abstencionista. Contudo, há uma pista relativamente óbvia para as diferenças entre os resultados encontrados: neste estudo, o efeito dos níveis de rendimento e de instrução só perde significância estatística após a inclusão das atitudes políticas como variáveis explicativas da abstenção: a direcção do coeficiente associado ao rendimento é a esperada, mas deixa de ser estatisticamente significativa. Por outras palavras, os indivíduos com maior interesse na política, alinhados do ponto de vista partidário e com maior confiança nas instituições tendem a abster-se menos, *independentemente do seu nível de rendimento* (ou do seu grau de instrução). A inversa já não é verdadeira. Aliás, a conclusão ganha nova plausibilidade quando comparamos o caso português com as restantes democracias ocidentais. À excepção dos países com taxas de abstenção extremamente elevadas (como, por exemplo, os Estados Unidos e a Suíça), o nível de rendimento dos indivi-

²⁶ Luís Reto e Jorge de Sá, «Segmentação e tipologia dos abstencionistas em Portugal», in *Revista Portuguesa de Gestão*, 1, 2000.

²⁷ Baum e Freire, *op. cit.*

²⁸ Franklin, *op. cit.*, p. 224; Anduiza Perea, *op. cit.*, p. 212; Richard Topf, «Electoral participation», in Hans Dieter Klingemann e Dieter Fuchs, *Beliefs in Government: Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

²⁹ Freire, *op. cit.*, pp. 135-136.

³⁰ Baum e Freire, *op. cit.*

duos não tem um impacto significativo sobre a abstenção na maioria das democracias ocidentais³¹.

O modelo 4, que inclui as atitudes políticas dos inquiridos, tem um poder explicativo substancialmente superior àqueles que incluem apenas variáveis sócio-demográficas (pseudo $R^2=0,21$). No que respeita ao interesse pela política, a sua relação causal com os comportamentos participativos é de tal modo evidente e trivial que o impacto detectado não pode ser considerado particularmente surpreendente. Contudo, como se verifica através da análise dos valores da contribuição parcial para a explicação da variância na variável dependente (R parcial, última coluna), a existência de uma identificação com os partidos e a confiança nas instituições são as atitudes políticas que maior impacto têm sobre a abstenção, neste caso diminuindo-a.

A análise dos dados permite, assim, duas conclusões. Por um lado, a ausência de um impacto directo do rendimento sobre a abstenção sugere que a desigual distribuição de recursos não determina uma desigual capacidade para o exercício do direito de voto. Por outras palavras, *desigualdade social não se converte directamente em desigualdade política do ponto de vista eleitoral*. Por outro lado, ver a abstenção como uma expressão de confiança nas instituições é uma interpretação que também não resiste à análise empírica. Há, de facto, uma relação entre o grau de confiança nos poderes públicos (Governo, Assembleia da República, Presidência, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional e Procuradoria-Geral da República) e a abstenção. No entanto, essa relação é negativa, e não positiva. Este efeito, já verificado na associação directa entre as variáveis, resiste a todos os controlos sócio-demográficos e mesmo à introdução de outras atitudes políticas no modelo. Por outras palavras, independentemente do interesse dos indivíduos na política ou do seu alinhamento ou desalinhamento partidário, *a probabilidade de os eleitores se absterem nas eleições diminui tanto mais quanto maior for o seu nível de confiança nas instituições políticas*.

³¹ Cf. Franklin, *op. cit.*, p. 224. A questão permanece, no entanto, polémica. Topf, *op. cit.*, por exemplo, não encontra relações significativas entre rendimento ou instrução e a abstenção nos países da Europa ocidental. Contudo, esta conclusão é rebatida por Arend Lijphart, que usa os mesmos dados para chegar a conclusões distintas e cita uma variedade de estudos de países individuais que encontram um *class bias* na participação eleitoral. No entanto, vale a pena citar o próprio Lijphart a este respeito: «Em países com uma participação eleitoral mais elevada [que nos Estados Unidos ou na Suíça], a ligação entre o estatuto sócio-económico e o voto tende a ser mais fraca, umas vezes não suficientemente forte para ser estatisticamente significativa, outras até negativa» (*op. cit.*, p. 3). Curiosamente, Brady, Verba e Scholzman concluem que, mesmo nos Estados Unidos, e ao contrário do que sucede com outras formas de participação política, a educação não produz quaisquer efeitos sobre a participação eleitoral (*op. cit.*, p. 283).

A ORIGEM DAS ATITUDES POLÍTICAS

Resolvido um dilema, ficamos imediatamente perante outro. Se é verdade que os recursos materiais e educacionais dos indivíduos não influenciam directamente a abstenção e que são as atitudes políticas que dispõem de maior poder explicativo, então o que explica as atitudes políticas? A questão é especialmente importante se tivermos em conta que alguns dos atributos individuais que constatámos não terem um efeito directo sobre a abstenção são precisamente supostos influenciar as atitudes políticas dos indivíduos. Se estas forem explicadas por factores como a diferente distribuição de recursos materiais e/ou educacionais na sociedade, não poderemos concluir pela irrelevância destes últimos na explicação da abstenção. Isso significaria apenas que esses recursos são importantes, não porque reduzem directamente os custos do voto, mas sim porque contribuem para a formação de atitudes favoráveis à participação eleitoral, que funcionariam como um veículo que canaliza os efeitos da desigualdade social sobre uma desigual participação eleitoral.

O quadro n.º 4 procura esclarecer esta questão. Cada uma das colunas contém os coeficientes e a significância estatística de variáveis explicativas das atitudes políticas tratadas neste estudo.

Regressões: atitudes políticas segundo variáveis sócio-demográficas

[QUADRO N.º 4]

Variáveis	Interesse na política como variável dependente (regressão linear)		Identificação partidária como variável dependente (regressão logística)		Confiança nas instituições como variável dependente (regressão linear)	
Rendimento	0,28***	—	0,37***	—	0,13***	—
Instrução	—	0,26***	—	0,26***	—	0,07
Idade	0,05*	0,07***	0,2***	0,21***	0,01	0,01
Actividade profissional	0,13*	-0,01	0,04	0,04	0,01	-0,02
Dimensão do agregado	-0,2	-0,01	0,19	0,32	0,03	0,06
Habitat	0,03	0,01	0,22	0,22	0,06	0,08
Prática religiosa	-0,03	-0,01	-0,06	-0,03	-0,01	-0,02
Constante	1,4	1,01	-1,08	-1,25	1,4	1,37
R ² (R ² ajustado nas regressões lineares; pseudo R ² na regressão logística).	0,10	0,13	0,05	0,05	0,04	0,02

*p < 0,05; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

A primeira observação possível é a de que podemos ficar tranquilos quanto a uma possível multicolinearidade entre variáveis sócio-económicas e variáveis atitudinais. Analisando os valores da variância explicada, verifi-

camos que são todos inferiores à variância explicada pelo modelo geral (4) no quadro n.º 3³². Em segundo lugar, quer o rendimento, quer a instrução, influenciam as atitudes políticas, *em particular o interesse pela política*. Aliás, este e a identificação partidária são também afectados pela idade, que revela aqui um duplo efeito na abstenção (um directo e outro mediado através de um maior interesse pela política e um mais claro alinhamento partidário partilhado pelos mais velhos). Por outras palavras, a desigualdade na distribuição de recursos acaba, de facto, por se reflectir no nível de abstenção, ao ser veiculada por atitudes políticas mais ou menos favoráveis à participação eleitoral.

Contudo, isto está muito longe de significar que a relação entre atitudes políticas e abstenção não passa de um efeito espúrio dos recursos sociais ou das variáveis de integração social. Rendimento e instrução têm efeitos sobre o interesse pela política, a identificação partidária e a confiança nas instituições. Porém, do ponto de vista quantitativo, *esse efeito é diminuto* no que respeita às duas últimas atitudes. O impacto da bateria de variáveis sócio-demográficas nas atitudes políticas é, em geral, modesto, especialmente no caso da confiança nas instituições políticas (apenas 4% da variância explicada). Em resumo, a identificação partidária e a confiança nas instituições políticas têm um efeito sobre a abstenção que, no fundamental, não tem uma origem distante de natureza sócio-económica.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

A análise da abstenção apresentada nas secções anteriores tem importantes limitações. Recordemo-las: uma geral subestimação da abstenção real na nossa amostra; a análise de um único acto eleitoral num único país, impeditivo do estudo da evolução do impacto dos factores individuais ao longo do tempo e do tratamento de factores político-institucionais potencialmente relevantes para a explicação dos níveis de abstenção; como consequência, uma reduzida capacidade para explicar toda a variância nos dados da abstenção (recorde-se que o nosso melhor modelo tem um pseudo R^2 de apenas 0,21).

É possível, no entanto, tirar algumas conclusões e implicações dos dados disponíveis. Como responder à questão colocada no título desta nota de pesquisa? Na verdade, desigualdade, desinteresse e desconfiança parecem ter sido todas causas da abstenção nas últimas eleições legislativas portuguesas. Os recursos que nas sociedades contemporâneas estruturam a desigualdade social — recursos educacionais e materiais — não tiveram um reflexo direc-

³² O mesmo continua a suceder quando regredimos cada uma das variáveis independentes respeitantes às atitudes políticas por todas as restantes (incluindo as demais atitudinais).

to na diminuição dos custos da participação eleitoral em 1999. Aliás, deste ponto de vista, importa notar que o voto é, de longe a menos exigente das formas de participação política. O mesmo não sucede com outras formas de participação (não eleitorais), cujo exercício é fortemente determinado pela classe social e pela instrução no nosso país³³. Contudo, isso não significa que a desigualdade seja totalmente irrelevante para a explicação da abstenção. As atitudes políticas favoráveis à participação — em particular o interesse pela política — não são totalmente independentes dos recursos sociais. Estes parecem influenciar a criação de orientações valorativas de maior envolvimento político, maior susceptibilidade à mobilização eleitoral e, provavelmente, maiores sentimentos de eficácia política por parte dos eleitores.

Mas a verdade é que quase tudo ficaria por dizer sobre a abstenção em 1999 se usássemos apenas os recursos materiais e educacionais ou o grau de integração social como factores explicativos. A conjugação entre os resultados deste estudo e análises anteriores aponta para uma reduzida (ou, pelo menos, decrescente) importância das determinantes sócio-demográficas da abstenção, com excepção da idade e da situação familiar. Alguns autores têm sugerido que isso indica um aumento de uma «abstenção política» resultante de actos eleitorais vistos como pouco importantes, competitivos ou decisivos e que levam os eleitores a uma retirada estratégica da arena política, dada a percepção de uma diminuição do valor e dos benefícios intrínsecos associados ao voto³⁴. Os dados deste estudo não excluem esse tipo de «abstenção política» conjuntural, mas sugerem a existência de um outro. Em 1999 houve duas atitudes dos Portugueses que se moveram com considerável autonomia em relação aos factores sócio-demográficos e que, por sua vez, foram das mais importantes variáveis individuais na explicação da abstenção: a (ausência) de identificação partidária e a (des)confiança em relação às instituições políticas. Assim, a abstenção em 1999 (exceptuando a que respeita à idade e ao isolamento familiar) foi um fenómeno socialmente difuso, mas concentrado em eleitores que partilham atitudes políticas geralmente

³³ Manuel Villaverde Cabral, «O exercício da cidadania política em Portugal», in *Análise Social*, n.ºs 154-155, 2000, em especial pp. 103-104.

³⁴ Como afirmam Baum e Freire, «uma das explicações para o crescimento da abstenção [em 1999] terá sido a vitória anunciada do PS em todas as sondagens publicadas antes das eleições, muitas delas dando mesmo como praticamente adquirida a maioria absoluta. Neste contexto, os eleitores terão considerado desnecessária a sua deslocação às mesas de voto» (*op. cit.*). Freire enfatiza esta dimensão conjuntural da abstenção política ao determinar que «nas duas eleições em que o PSD obteve maioria absoluta (1987 e 1991) a descida do poder explicativo das determinantes sociológicas remete para o crescimento de uma ‘abstenção política’» (Freire, *op. cit.*, p. 141).

vistas como estáveis e duradouras, tais como o desalinhamento partidário e a desconfiança em relação ao sistema político.

Estes resultados sugerem uma hipótese que importaria testar em trabalhos futuros. Se, do ponto de vista sócio-demográfico, a abstenção é fundamentalmente determinada pela idade e pelo grau de isolamento familiar e, indirectamente, pelo estatuto sócio-económico, sociedades em processo de acelerado envelhecimento e de modernização económica e educacional deveriam exibir, no máximo, um aumento ou, no mínimo, uma estabilização da participação eleitoral. Contudo, o seu declínio sugere que a chave para a compreensão do fenómeno da abstenção em Portugal poderá estar em mudança nas atitudes políticas que atravessam estratos sociais, económicos e educacionais: o desalinhamento partidário e a diminuição da confiança em relação ao sistema político.